

# UMA HISTÓRIA DISCURSIVA DA PRIMEIRA EDIÇÃO DO *MANIFESTO [DO PARTIDO] COMUNISTA: MATERIALIDADES IMBRICADAS*

## *A DISCURSIVE HISTORY OF THE FIRST EDITION OF THE MANIFESTO OF THE COMMUNIST PARTY: INTERTWINED MATERIALITIES*

Iuri Pavan  
UFF

**RESUMO:** Neste artigo, buscamos refletir sobre a imbricação material dos sentidos na primeira edição do *Manifesto [do Partido] Comunista*, num gesto de análise tanto da materialidade verbal quanto da materialidade não verbal. Para tal, lançamos mão de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, que vimos denominando História Discursiva dos Livros, ou HDL (ESTEVEZ, 2018; ESTEVES; PAVAN, 2020). Formulada com base no legado teórico-metodológico da Análise do Discurso materialista em sua articulação com a História das Ideias Linguísticas — além da contribuição de outras disciplinas, como as histórias do livro, da leitura, da escrita, das mentalidades etc. —, trata-se de uma frente de trabalho que se propõe a conceber o livro em especial e outros objetos técnicos editoriais em sua dimensão discursiva.

**Palavras-chave:** Materialidade significativa. Tipografia. Manifesto [do Partido] Comunista. História Discursiva dos Livros.

**ABSTRACT:** *In this article, we aim to reflect on the material imbrication of meanings in the first edition of the Manifesto of the Communist Party/Communist Manifesto, in an analysis of both verbal and non-verbal materialities. To this end, we turn to a research project under development, which we have been calling the Discursive History of Books, or HDL (ESTEVEZ, 2018; ESTEVES; PAVAN, 2020). Formulated based on the theoretical-methodological legacy of materialistic Discourse Analysis in its articulation with the History of Linguistic Ideas — in addition to the contribution of other disciplines, such as the histories of the book, reading, writing, mentalities, etc. —, it is a work front that proposes to conceive books in particular and other editorial technical objects in its discursive dimension.*

**Keywords:** *Significant materiality. Typography. Manifesto of the Communist Party/Communist Manifesto. Discursive History of Books.*

### Livro e/é discurso

Em carta a Henri-Jean Martin datada de 26 de maio de 1953, Lucien Febvre esboçou os interesses duma nova História do Livro, à época em gestação:

Este livro [*O aparecimento do livro*] não deve ser uma história do livro: existem livros bons sobre esse assunto, é inútil refazê-los. Mas eu gostaria que ele estudasse o livro na qualidade de auxiliar do pensamento. O que vale o livro como ferramenta de pensamento? Quando ele não existia, antes que existisse, como o pensamento se difundia na Europa Ocidental? Com quais dificuldades e quais restrições? Por que, num dado momento, essa invenção, que estava em gestação havia muito tempo, encontrou um terreno favorável e

que progresso a tipografia assinalou em relação aos manuscritos? (Febvre; Martin, 2017, p. 490).

Nessa passagem, é delineado o projeto duma História do Livro que fizesse mais do que uma história das tecnologias de impressão, que foi, desde o desenvolvimento da imprensa por obra de Gutenberg, o objeto tradicional da produção bibliográfica nesse campo do saber — e que inclusive ressoa no imaginário moderno do livro como códice tipográfico. Nesse sentido, do ponto de vista da produção discursiva do conhecimento, o recorte do impresso talvez tenha levado, no curso da História do Livro tradicional, a um certo apagamento epistemológico de técnicas e formas outras — possivelmente não europeias e não ocidentais. Por isso mesmo, André Belo (2008, p. 79) afirma que essa disciplina desenvolveu um “culto pelo livro impresso”. Febvre e Martin não escaparam desse culto, mas, com a renovação historiográfica encabeçada pela Escola de Anais na primeira metade do século XX, introduziram novos focos aos estudos bibliográficos, inaugurando novas áreas, como a História das Mentalidades, a História Cultural, a História Social, entre outras. Passa-se, assim, da imagem do livro em si mesmo ao livro em relação a suas discursividades na sociedade ocidental.

Já está dado um determinado nível de interdisciplinaridade — ainda que dentro do domínio do saber da História — para estudar o objeto técnico livro. Isso nos leva à proposta da História Discursiva dos Livros: o livro como discurso (ESTEVES, 2018; ESTEVES; PAVAN, 2020). Na esteira da carta de Febvre, destacamos algumas perguntas que nos ajudarão a nortear a teorização sobre essa metodologia:

Como os livros se constituem, são formulados e circulam nas distintas formações sociais? Que efeitos de sentido seu surgimento, a sua existência e funcionamento provocou nos sujeitos e na constituição das subjetividades contemporâneas? Como a escrita da cultura, da história e da ciência se altera(ra)m (heterogeneamente) com a (im)pressa? (Esteves, 2018, p. 131-132).

Em outras palavras, trata-se de compreender como o livro, enquanto objeto simbólico atravessado pela história, produz sentidos. Como ele se inscreve num processo discursivo mais amplo e indefinidamente em curso — o que implica dizer que um livro não tem começo nem fim, pois é sempre um estágio num contínuo de formulações que o precederam e que o sucederão. Como a sua formalização material foi e ainda é determinante para a produção discursiva do conhecimento. Mas não só do conhecimento: talvez o livro seja o principal dos objetos técnicos a conferir legitimidade a saberes e fazeres diversos. Estar em livro, em certo nível, é estar (em posição privilegiada) nos anais da história — ou de certa história. Nesse sentido, cabe-nos considerá-lo uma materialidade significativa, conforme Suzy Lagazzi (2010, 2020) e Luciana Iost Vinhas (2020), na medida em que não só o material verbal, como também a formulação visual produzem sentidos.

No prefácio à edição polonesa de 1892 do *Manifesto [do Partido] Comunista*<sup>1</sup>, Friedrich Engels faz uma consideração que interessa à perspectiva que aqui encampamos:

[É] digno de nota que o *Manifesto*, nos últimos tempos, se tenha, em certa medida, tornado um barômetro do desenvolvimento da grande indústria no continente europeu. Na medida em que se expande num país a grande indústria, cresce também entre os operários desse país o desejo de esclarecimento sobre a sua posição como classe operária perante as classes possuidoras, alarga-se entre eles o movimento socialista e aumenta a procura do *Manifesto*. De modo que não só a situação do movimento operário, mas também o grau de desenvolvimento da grande indústria, podem ser medidas com bastante exatidão em todos

---

<sup>1</sup> Como analisaremos o título do manifesto, optamos por grafá-lo, desde já, como *Manifesto [do Partido] Comunista* para nos referirmos à obra genericamente, e não à obra pré ou pós-reintitulação.

os países pelo número de exemplares do *Manifesto* que circulam no idioma de cada um. (Marx; Engels, 2010, p. 80, grifos do autor).

Em primeiro lugar, vale refletir que a formalização material efêmera era uma das condições de produção imediatas do *Manifesto [do Partido] Comunista*, inicialmente um panfleto de 24 páginas. Que ele tenha sido reeditado com as marcas empíricas dum livro em décadas posteriores, como o crédito de autoria e a inclusão de paratextos tais quais prefácios, diz dum possível funcionamento discursivo outro que recaiu sobre a obra. Sai-se da fugacidade do panfleto, e entra-se num “lugar privilegiado onde a escrita ganha mais notoriedade e menos efemeridade: o livro” (ESTEVES, 2020, p. 168).

Introduzimos a noção de formalização material, assim, para observar a produção de sentidos nas materialidades significantes. Com o entendimento de que o conceito não está restrito ao discurso literário, adotamos a definição de Gustavo Primo (2019, p. 40), baseada na elaboração de Vilém Flusser:

Falar [...] sobre a formalização material do discurso literário é tentar compreender como a transmissão desse tipo de discurso influencia a criação, transformação e extinção de formas e matérias, bem como, no sentido contrário, como as formas em potencial e os materiais disponíveis em cada contexto histórico também influenciam o modo como o discurso será transmitido.

Outra chave de leitura envolve as condições de produção sócio-históricas da obra: se em 1848, quando a primeira edição do *Manifesto [do Partido] Comunista* foi lançada, o discurso político comunista estava sob vigilância e perseguição do aparelho repressivo da burguesia — o que forçava, por exemplo, a Liga dos Comunistas, que publicou o panfleto, a operar secretamente —, nas décadas seguintes, com a circulação crescente de ideias comunistas (e socialistas), a conjuntura tornou propícia a reprodução do *Manifesto [do Partido] Comunista* numa formalização material mais perene, mais propícia à ampla circulação.

Em segundo lugar, é preciso considerar, numa visada discursiva, a passagem do indizível ao dizível de acordo com o acirramento do antagonismo de classes nas sociedades capitalistas. Reconhecendo-se na posição-sujeito trabalhador, a classe operária se inscreve na perspectiva duma memória discursiva proletária, em que as relações de classe passam para a ordem da evidência. Isso não se dá consciente ou propositalmente, mas pela via do esquecimento ideológico, que os constitui em sujeitos: para (ter a ilusão de) ser o senhor do próprio dizer, é necessário esquecer que este já foi proferido. Segundo Eni Orlandi (2005, p. 31), o saber discursivo “torna possível todo dizer e [...] retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra”. Talvez se devam a esse movimento a reedição e a reimpressão do *Manifesto [do Partido] Comunista* nas nações europeias.

Operando com base na articulação e na (re)interpretação da Análise do Discurso (AD) materialista, da História das Ideias Linguísticas (HIL), da História do Livro, da História da Escrita, entre outras áreas, a HDL fornece diversas entradas no material de análise. Pode-se tomá-lo, por exemplo, do ponto de vista:

- a. da produção discursiva do conhecimento — visto que, por um longo período na história das ideias, os saberes científicos foram (e ainda são) legitimados em livros, muitas vezes com um status quase de exclusividade;
- b. dos processos econômicos — por exemplo, é quase infável que, no campo do trabalho com os livros, se fale de *mercado editorial* em vez de *sistema editorial*, o que incide sobre a maneira como se entende que é, ou deve ser, o modo de produção e circulação de livros;
- c. das formações ideológicas — a saber, os livros reproduzem e/ou se deslocam diante de evidências em circulação nos aparelhos de Estado; e
- d. das tecnologias — como as transformações técnicas nas formações sociais reverberam sobre a produção dos livros, resvalando em outros modos de leitura. (Esteves; Pavan, 2020, p. 302, grifos dos autores).

Aprofundaremos a descrição dessa metodologia tratando da produtividade dessa articulação.

### **Análise do Discurso do lado da História (do Livro)**

Começemos esta reflexão com um gesto de análise. Em outro prefácio, à edição inglesa de 1888 do *Manifesto [do Partido] Comunista*, Engels escreve sobre o processo de intitulação do livro:

Sequência discursiva 1 (SD 1)
[...] a história do <i>Manifesto</i> reflete, em grande parte, a história do movimento operário moderno; atualmente é, sem dúvida, a obra de maior circulação, a mais internacional de toda a literatura socialista [...]. No entanto, quando surgiu não poderíamos chamá-lo um manifesto <i>socialista</i> . [...] Em 1847, o socialismo significava um movimento burguês, e o comunismo, um movimento da classe trabalhadora. Ao menos no continente, o socialismo era muito bem considerado, enquanto o comunismo era o oposto. E como, desde então, éramos decididamente da opinião de que ‘a emancipação dos trabalhadores deve ser obra da própria classe trabalhadora’, não podíamos hesitar entre os dois nomes a escolher. (MARX; ENGELS, 2010, p. 77, grifo do autor).

Assim, Engels projeta na sequência discursiva 1 uma imagem de interlocutor que ocupa um lugar empírico de operário, em favor do qual o comunismo lutava. Com essa classe se antagonizava o socialismo vigente — na verdade, uma dentre as discursividades do socialismo em 1847, que foi superada, dado o emprego do pretérito imperfeito na SD 1, pelo menos na tradução ao português —, que os autores chamam, no capítulo III do *Manifesto [do Partido] Comunista*, de conservador ou burguês, por preservar o modo de produção capitalista, ou seja, a exploração da classe operária. Apoiados em Marx e Engels, poderíamos pensar que tal socialismo não passaria dum reformismo beneficiário da burguesia (Coggiola, 2010, p. 10).

Haja vista que a função-autor é “das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade — contexto sócio-histórico e ideológico — e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.” (ORLANDI, 2005, p. 75), intitular o *Manifesto [do Partido] Comunista* de “socialista”, à época em que foi publicado, seria irrealizável dada a contradição nos processos de significação determinados pelo curso da história. Em termos discursivos, seria filia-lo a um discurso que não correspondia ao efeito de sentidos revolucionários produzido no discurso político comunista — embora, por outro lado, não possamos ignorar o equívoco inerente à língua, o que poderia filia-lo a um discurso não pretendido. Além disso, esse retorno que Engels faz ao manifesto, numa tentativa de dar a ver os sentidos “sob a superfície”, nos remete ao conceito de comentário em Michel Foucault (1999 [1971], p. 25-26, grifos do autor):

[...] o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito. [...] O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certo modo realizado.

No entanto, é importante dizer que, do ponto de vista discursivo, isso não significa uma suposta intencionalidade, por parte dos autores, nesse processo de intitulação. Não importa, para a AD materialista, o que Marx e Engels quiseram dizer ao empregar o significante “comunista”, mas sim os determinantes sócio-históricos e ideológicos que os levaram a dizer de certa maneira, e não de outra. Assim como importa o efeito produzido: intitular o manifesto de “comunista” em vez de “socialista” reforçou o efeito de cisão entre as duas posições-sujeito. De acordo com Harold Laski (2010 [1978], p. 187):

O termo “comunista” pode ser considerado com dupla implicação. De um lado, enfatiza a relação da obra com a Liga dos Comunistas, que os autorizou a escrevê-lo; de outro, serve para ressaltar o sentido de separação dos “verdadeiros” socialistas da Alemanha [...]. Não é, pois, surpreendente que escolhessem um título para sua declaração que, ao mesmo tempo, evocasse um grande predecessor revolucionário e evitasse o perigo de confusão com um grupo cujo “socialismo” parecia não ser mais do que um humanitarismo insípido.

Nesse sentido, dizer “comunista” significava, à época da publicação do manifesto, negar “socialista”, que se inscrevia na ordem do não dizível para os sujeitos comunistas.

Para além da constituição, a formulação do título com emprego do adjetivo “comunista” também é produtiva para a nossa análise. Pensando junto com Esteves (2018), que se debruçou sobre o uso de gentílicos (adjetivos) no título de enciclopédias brasileiras, podemos afirmar que designar o *Manifesto [do Partido] Comunista* de “comunista” produz uma polissemia constitutiva. Em outras palavras, o *Manifesto [do Partido] Comunista* pode ser, a um só tempo, obra de comunistas, para comunistas e sobre o comunismo.<sup>2</sup>

No entanto, é importante destacar que o *Manifesto [do Partido] Comunista* não se chamava inicialmente “comunista” — o que só viria a acontecer a partir do ano de 1872 —, mas “do Partido Comunista”. No lugar dum sintagma adjetival, um sintagma preposicional de valor adjetival. Para um gesto de análise dessa formulação, convém ter em mente que o *Manifesto [do Partido] Comunista* foi encomendado a Marx e Engels pela Liga dos Comunistas, organização operária secreta, em novembro de 1847. Nesse período, de acordo com Osvaldo Coggiola (2010, p. 9), acreditava-se “que a Europa estava às vésperas de uma revolução”. Em carta endereçada a Marx no fim de janeiro de 1848, a direção da Liga dos Comunistas intitula a obra de *Manifesto do Partido Comunista* (apud COGGIOLA, 2010, p. 9). Por fim, quando o panfleto é lançado pela primeira vez, não o é sob a assinatura de Marx e Engels, que só são creditados na edição inglesa de 1850.

Não pretendemos, com essa breve exposição, explicitar a gênese do manifesto. Como dissemos anteriormente, não há início nem fim quando se trata de discurso. Tampouco é nosso objetivo encontrar as intenções de Marx e Engels ou da Liga dos Comunistas. O que fazemos é chamar a atenção para as condições de produção desse objeto discursivo, que o colocam na perspectiva dum discurso institucional, o que determinaria esse movimento de intitulação. Nesse sentido, o manifesto é *do Partido Comunista* porque é significado pelo discurso institucional, o que levará à inscrição da obra na memória institucional, ou memória de arquivo, da Liga dos Comunistas. Voltando ao prefácio à edição inglesa de 1888, Engels escreve:

Sequência discursiva 2 (SD 2)
O <i>Manifesto</i> foi publicado como plataforma da Liga dos Comunistas, associação de operários no princípio exclusivamente alemã e mais tarde internacional, que, nas condições políticas do continente anteriores a 1848, era inevitavelmente uma sociedade secreta. No Congresso da Liga, realizado em Londres em novembro de 1847, Marx e Engels foram incumbidos de escrever para fins de publicação um completo programa, teórico e prático do partido. (MARX; ENGELS, 2010, p. 74-75, grifo do autor).

Ao mesmo tempo, Juciele Dias (2009) chama a atenção para a junção da função-autor sobre o título, uma vez que o título produz um efeito de representação do texto: seria seu nome, “que regularia e direcionaria a interpretação do texto como se houvesse entre título e texto um vínculo natural, intrínseco e não afetado pela exterioridade, pelas condições de produção, constituído de um gesto de interpretação da

---

<sup>2</sup> Vale a ressalva de que, com a radicalização do socialismo na segunda metade do século XIX, também podemos dizer que o discurso político inscrito nessa materialidade passa a ser comunista e socialista. Assim, numa espécie de paráfrase, o *Manifesto [do Partido] Comunista* passa a ser produzido por comunistas/socialistas, para comunistas/socialistas e sobre o comunismo/socialismo.

função autor” (DIAS, 2009, p. 30). Por essa lente, a intitulação *Manifesto do Partido Comunista* por injunção da Liga do Comunistas teria determinado o apagamento da autoria empírica.

A determinação do título também seria histórica. Gérard Genette (2009 [1987]) demonstra que esse efeito de representação do texto é materializado linguisticamente por meio de dois regimes: o remático, que designa aquilo que algumas teorias linguísticas chamariam de gênero (sermões, anais, diário, autobiografia, dicionário, entre outros); e o temático, que designa o tema. Em outras palavras, o título remático corresponde ao enunciado “Este livro é x”, e o título temático, ao enunciado “Este livro fala sobre x”. Genette (2009 [1987], p. 83, grifos do autor) continua:

Isso nos leva aos títulos mistos, isto é, que trazem, claramente separados, um elemento remático (no mais das vezes genérico) e um elemento temático: *Tratado da Natureza Humana, Ensaios sobre o Entendimento Humano, Estudo de Mulher, Retrato de Mulher, Introdução ao Estudo da Medicina Experimental, Contribuição para a Economia Política, Olhares sobre o Mundo Atual* etc. Todos os títulos desse tipo começam por uma designação do gênero e, portanto, do texto, e continuam por uma designação do tema. Essa fórmula eminentemente clássica, e de grande precisão, era empregada sobretudo em obras teóricas.

Entendendo o sintagma “do Partido Comunista” como o componente temático do título, diríamos que o efeito de institucionalidade é reforçado.

### Materialidades imbricadas

Esse efeito também é presentificado visualmente, na capa da primeira edição. Nesse sentido, como nos interessamos, na História Discursiva dos Livros, não só pela materialidade verbal, mas também pela não verbal, entendemos ser relevante trazer a capa e a folha de rosto (figuras 1 e 2) como materialidades para análise.



Figura 1 — Capa da primeira edição do *Manifesto [do Partido] Comunista*.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Em retradução nossa a partir de tradução automática, “Manifesto // do // Partido Comunista // Publicado em fevereiro de 1848 // Proletários de todos os países, uni-vos! // Londres // Impresso no escritório da ‘Sociedade de Formação dos Trabalhadores’ // por J. E. Burghard // Liverpool Street, 46, Bishopsgate”, em que as barras duplicadas representam quebra de linha. Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10859626?page=1>. Acesso em: 30 maio 2023.



Figura 2 — Página de rosto da primeira edição do *Manifesto [do Partido] Comunista*.

Antes de proceder à análise, é preciso deixar claro que, ao trabalharmos com sequências traduzidas, não estamos tomando a tradução como um procedimento puramente técnico, desprovido de discursividade. Portanto, nas análises em que o nosso foco for o sintático, registraremos a formulação em língua estrangeira ao lado da formulação traduzida.

Queremos começar pela formulação visual do título, “Manifesto do Partido Comunista” [*Manifest der Kommunistischen Partei*]. A composição consiste no isolamento dos itens “Manifesto” [*Manifest*], “do” [*der*] e “Partido Comunista” [*Kommunistischen Partei*]. O primeiro recebeu um tipo; os dois últimos, outro, com a ressalva de que o artigo definido “der” no caso genitivo foi composto em corpo diminuto e, potencialmente, imperceptível ou indistinguível à distância. Ainda, o significante “Partido Comunista” é diagramado no centro óptico<sup>4</sup> da folha, o que lhe confere mais destaque em relação aos outros componentes da capa e da página de rosto. Na ausência do crédito da autoria empírica, isso causa uma leitura em que “Kommunistischen Partei” é entendido não como parte integrante do título, mas como a evidência de autoria — e, em consequência disso, como aparentemente do caso nominativo em vez do genitivo, por conta do corpo do artigo “do”.

Ao mesmo tempo, o apagamento do crédito de autoria pode causar um efeito-leitor de busca por antropônimos que possam sê-lo, como “por J. E. Burghard” [*von J. E. Burghard*], possivelmente o autor, mas, na verdade, o tipógrafo-impressor. A capa de edições posteriores, mesmo que preserve o título “original”, não produz o mesmo efeito por creditar o manifesto a Marx e Engels.

Com a disseminação das ideias comunistas pela Europa nas décadas seguintes, assim, podemos pensar na passagem dum significante que nomeia uma organização (“do Partido Comunista”) para outro que designa uma classe, uma identificação política (“comunista”): o proletariado — que inclusive é nomeado na capa, na epígrafe “Proletários de todos os países, uni-vos!” [*Proletarier aller Länder vereinigt Euch!*] e comparece, pela via do interdiscurso, em outros significantes, como “Trabalhador” [*Arbeiter*].

Em segundo lugar, a composição da datação “Publicado em fevereiro de 1848” [*Veröffentlicht im Februar 1848*] perto do centro geométrico da folha, portanto em destaque, produz um efeito de atualidade. Efeito que nos parece ser reforçado pelo encaixe da frase nominal “Publicado em” [*Veröffentlicht im*], já que a

<sup>4</sup> Conforme Thiago Cesar Teixeira Justo (2017, p. 81), o “centro geométrico de uma página é o centro matemático, isto é, aquele determinado pelas diagonais que partem dos vértices da página. [...] Todavia, o ponto de maior atenção de uma página não se encontra no seu centro geométrico, mas no seu centro óptico. [...] Portanto, o primeiro ponto de atenção, aquele mais evidente para a óptica, é o primeiro a ser percebido pelo leitor de uma página. Localizado um pouco acima do centro geométrico, o centro óptico tem sua altura determinada pela relação entre a altura e a largura da página”.

prática dominante na tipografia europeia era formular o ano ou, mais especificamente em publicações periódicas, o mês e o ano. A determinação dessa formulação verbal e visual viria da conjuntura revolucionária: enunciar a atualidade do manifesto incidiria, assim, sobre a produção de sentidos nele.

Além disso, é interessante observar que a capa (figura 1) é uma reprodução quase exata da página de rosto (figura 2), onde tradicionalmente figuram os dados bibliográficos. Segundo Emanuel Araújo (2008 [1986]), esse tipo de reprodução já era uma prática entre os livreiros setecentistas e se consolidou no século posterior na forma do que conhecemos até os dias atuais como brochura, com a diferença de que, no século XIX, o encapamento do miolo era feito com papel simples, o que condizia com a formalização material efêmera da primeira edição do manifesto. Por isso dizemos que a capa é a reprodução, e não o oposto, porque a página de rosto precede em séculos a brochura, adquirindo a sua forma tradicional no século XVI. O que diferencia capa e página de rosto, então, é a moldura e a referida epígrafe.

Similarmente a um prefácio (Medeiros, 2001), uma epígrafe, na sua função de abre-alas, reforça o efeito-autor de completude e homogeneidade, instituindo ao texto um início ilusório e delimitando-lhe os sentidos. Mas não se trata aqui de qualquer epígrafe: é a frase derradeira do *Manifesto [do Partido] Comunista*. Frase que fora tornada a máxima da Liga dos Comunistas pouco antes da redação do manifesto:

O Congresso [da Liga] aprovou a publicação de uma revista, cujo único número apareceu em setembro de 1847, com o título de *Revista Comunista*. Nesse número é adotado, substituindo o antigo lema da Liga: “Todos os homens são irmãos”, aquele indicado por Engels seguindo sugestão de Marx, e que seria o grito de guerra com que se haveria de encerrar o *Manifesto*: “Proletários de todos os países, uni-vos”. (Coggiola, 2010, p. 12, grifos do autor).

Primeiramente, é importante historicizar os lemas “Todos os homens são irmãos!”, da Liga dos Justos, e “Proletários de todos os países, uni-vos!”, da Liga dos Comunistas. Considerando que o lema, enquanto enunciado, funcionaria como um princípio norteador, a passagem de um para outro, acompanhada da renomeação da liga, é a materialização linguística dum processo de reconstituição teórico-política da organização. De acordo com Coggiola (2010), a liga identificou-se com várias discursividades do socialismo na década de 1840, o que tornava dizível o lema “original” e tornava material o seu efeito de indistinção entre classe dominante e classe(s) dominada(s) e de projeção das dinâmicas sociais como da ordem familiar ou mesmo humanitária (“Todos os humanos são irmãos”), presentificado pelo significante “homens” e pela predicação “são irmãos”. O segundo lema, por sua vez, é produto da identificação da liga com o comunismo — e de sua renomeação — e materializa a posição de classe no núcleo do vocativo, “Proletários” [*Proletarier*], e na oração principal, “uni-vos” [*vereinigt Euch!*].

Em outras palavras, é uma epígrafe autógrafa, porque escrita pelos mesmos autores empíricos do texto, mas também anônima, porque não creditada a nenhum deles. Além disso, é contraditória, se considerarmos, conforme Genette (2009 [1987]), que a epígrafe é um paratexto de origem externa à obra, ou seja, provém de outra obra, seja esta autógrafa ou alógrafa. Ora, se a cisão entre as posições-sujeito socialista e comunista à época — e o estatuto de discurso fundador do *Manifesto [do Partido] Comunista*, como veremos — foi determinante para a sua intitulação, podemos entender que ela também o foi para essa autocitação. Assim, por se tratar dum texto fundador, a epígrafe do manifesto só poderia provir... dele mesmo. Um efeito de origem.

Por outro lado, a ausência do crédito de autoria da epígrafe reafirma o efeito de institucionalidade antes sugerido. Isso também acontece com a própria formulação “Proletários de todos os países, uni-vos!”. O emprego do vocativo “Proletários de todos os países” [*Proletarier aller Länder*] nomeia um interlocutor e, seguido por uma ocorrência do caso acusativo que parafraseia o vocativo (“Euch”, o equivalente ao pronome pessoal átono “vos”), marca a posição da qual o dizer é enunciado: a Liga dos Comunistas se dirige, sem se incluir, aos trabalhadores de todos os países. Ainda, ao figurar na capa, e não na página de rosto — como

acontecia em livros e periódicos do tempo —, a epígrafe produz o efeito duma chamada, que é recoberta por um funcionamento de propaganda: nesse sentido, seria preciso uma síntese do texto para, de uma só vez, informar o leitor virtual do teor do manifesto e levá-lo à leitura do panfleto.

Ao mesmo tempo, esse enunciado reaparece como a última frase do panfleto. Seria idealismo nosso assumir que os sentidos são os mesmos. Como enunciado de abertura, ele evoca a institucionalidade: na nossa leitura, isso quer dizer que ele produz esse efeito para os integrantes da Liga dos Comunistas. Para os trabalhadores não organizados, o efeito seria de chamariz. Como enunciado de fechamento, ele apostaria na identificação do sujeito-leitor com o discurso comunista. Louis Althusser já fez a mesma aposta, mas sobre o gesto de leitura d'*O capital*. Para o autor, a compreensão da obra-prima marxiana seria determinada pela posição de classe que o sujeito-leitor ocupa na formação social capitalista: aqueles sob a exploração capitalista direta ou indiretamente teriam a favor da compreensão a própria experiência; aqueles em posições menos proletarizadas precisariam revolucionar a própria consciência para superar a complexidade da leitura. Esteves e Medeiros (2017, p. 72, grifo dos autores) discutem a concepção althusseriana:

As condições materiais de existência incidem, assim, sobre as condições materiais de leitura. Diríamos, com a leitura de Althusser, não só que o proletário tem a experiência direta da exploração capitalista, mas que, ao se inscrever nas práticas sociais de explorado, de dominado, lhe seria mais possível o reconhecimento e a identificação com a descrição dessas condições de trabalho efetuadas n'*O capital*. Haveria, então, uma aproximação das condições de autoria e de leitura.

Acontece que tal imagem dum suposto poder transformador da leitura, originária da Revolução Francesa, é constitutiva do comunismo:

Tanto a história do livro como a da edição no mundo comunista estão estreitamente associadas à do projeto político e ideológico que sustenta o empreendimento político comunista. Este, inscrito diretamente na tradição das Luzes, associa desde as origens o saber com a emancipação política e social, prolongando assim a tradição do movimento operário socialista. O livro, sob suas diversas formas, deve servir à educação popular, contribuir para o despertar das consciências e apoiar o esforço de propaganda. (WOLIKOW, 2013, p. 313).

Tendo em mente essa constituição, o enunciado de fechamento produz um efeito de convocação. Instigado à leitura pelo enunciado de abertura, o sujeito-leitor só poderia sair do panfleto identificado com o discurso comunista. Tanto é que o enunciado de fechamento termina com um silêncio que só produz sentido após o gesto de leitura. Na capa, “uni-vos” levaria inevitavelmente à pergunta “A favor ou contra quem ou o quê?” por parte daqueles alheios ao discurso comunista. Na página 23 do panfleto, não é preciso evidenciar o complemento, pois só existe uma coisa *contra* a qual os proletários de todo o mundo devem se unir. E é interessante que o complemento pareça começar necessariamente por “contra”: talvez a determinação histórica duma união a favor do comunismo seja justamente uma união vitoriosa contra o capitalismo. Nossa exposição sobre os funcionamentos dos manifestos ajudará a sustentar essa leitura.

## Considerações finais

Nesse percurso, fica claro que, para a AD que mobilizamos, é estruturante a articulação com a História (além de com uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica), mais especificamente com o Materialismo Histórico, o que nos leva a denominar essa AD como materialista. Isso significa dizer que os sentidos não são autoevidentes, mas determinados por posições e condições sócio-históricas e ideológicas que atravessam a produção linguageira.

Mas há mais formas de dizer do que simplesmente verbalizar. É aí que entra a História Discursiva dos Livros. A HDL oferece aos gestos de análise a dimensão da formalização material do discurso, entendendo

que os procedimentos técnicos de publicização dum texto (edição, revisão, diagramação, produção gráfica etc.) incidem sobre a significação. Isso nos permite trazer capas, páginas, tipografias, layouts etc. como materialidades significantes para análise, como fizemos aqui com o *Manifesto [do Partido] Comunista*, e lançar luz sobre as imbricações entre essas materialidades na produção dos sentidos.

## Referências

- ARAÚJO, Emanuel. *A construção do livro*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008 [1986].
- BELO, André. *História & livro e leitura*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- COGGIOLA, Osvaldo. 150 anos do Manifesto Comunista. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Organização: Osvaldo Coggiola. Tradução do *Manifesto Comunista*: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9-35.
- DIAS, Juciele Pereira. *O lugar e o funcionamento do título pela obra de Mattoso Câmara*. 2009. 94 p. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.
- ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. Livro. In: MEDEIROS, Vanise; ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; GARCIA, Dantielli Assumpção; AQUINO, José Edicarlos de; SCHERER, Amanda; EL-JAICK, Ana Paula; PETRI, Verli; DEZERTO, Felipe; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira; GLOZMAN, Mara; ZANELLA, Alexandre da Silva; BRASIL, Maria Claudia Maia; SILVA, Diego Barbosa da; MATTOS, Thiago; SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; BUSCÁCIO, Livia Letícia Belmiro; MARTINS Helena; SILVA, Roberval Teixeira e. *Almanaque de fragmentos*. Campinas: Pontes, 2020. p. 167-174.
- ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva. Uma história discursiva dos gentílicos nos títulos das enciclopédias brasileiras. In: GRIGOLETTO, Evandra; DE NARDI, Fabiele S.; SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da (org.). *Imagário, sujeito, representações*. Recife: Editora UFPE, 2018. p. 131-141. Disponível em: [https://issuu.com/neplev/docs/imaginario\\_sujeito\\_representacoes\\_1](https://issuu.com/neplev/docs/imaginario_sujeito_representacoes_1). Acesso em: 20 mar. 2022.
- ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; MEDEIROS, Vanise. O presente dura muito tempo. In: SOUSA, Lucília Maria Abrahão e; GARCIA, Dantielli Assumpção (org.). *Ler Althusser hoje*. São Carlos: EdUFSCar, 2017. p. 71-90.
- ESTEVES, Phellipe Marcel da Silva; PAVAN, Juri. As Letras e a disciplinarização do objeto livro: uma história das ideias linguísticas? *Porto das Letras*, Porto Nacional, v. 6, n. 5, p. 299-323, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/10346/17790>. Acesso em: 20 mar. 2022.
- FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. Tradução: Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Edusp, 2017 [1958].
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999 [1971].
- GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Tradução: Álvaro Faleiros. Cotia, SP: Ateliê, 2009 [1987].
- GUILHAUMOU, Jacques. *Linguística e História*. Coordenação e organização da tradução: Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.
- JUSTO, Thiago Cesar Teixeira. *Diagramação*. São Paulo: Senai-SP Editora, 2017.
- LAGAZZI, Suzy. Linha de passe: a materialidade significativa em análise. *Rua*, Campinas, n. 16, v. 2, p. 172-182, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638825/6431>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LAGAZZI, Suzy. Materialidade significativa. In: MARIANI, Bethania (org.). *Enciclopédia virtual de Análise do Discurso e áreas afins (Encidis)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9PCwWPejURQ>. Acesso em: 20 mar. 2022.

LASKI, Harold. O Manifesto Comunista de 1848. [1978]. Tradução: Regina Lúcia F. de Moraes. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Organização: Osvaldo Coggiola. Tradução do *Manifesto Comunista*: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 169-229.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. [1848]. Organização: Osvaldo Coggiola. Tradução do *Manifesto Comunista*: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, Vanise. A constituição de um discurso fundador: o prefácio de Casa grande & senzala. *Rua*, Campinas, v. 7, n. 1, p. 107-126, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640723/8264>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso*. Campinas: Pontes, 2005.

PRIMO, Gustavo. *Ver o livro como buraco negro: a formalização material da Antologia da Literatura Fantástica*, de Bioy Casares, Borges e Ocampo. 2019. 131 p. Dissertação (Mestrado em Estudos de Literatura) — Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

VINHAS, Luciana Iost. Materialidade discursiva. In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). *Glossário de termos do discurso*. Campinas: Pontes, 2020. p. 203-206.

WOLIKOW, Serge. História do livro e da edição no mundo comunista europeu. In: DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Edição e revolução*. Tradução: Cláudio Giordano. Cotia, SP: Ateliê; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. p. 313-331.

**IURI PAVAN**

---

Mestre em Estudos de Linguagem (UFF); especialista em Edição e Gestão Editorial pelo Núcleo de Estratégias e Políticas Editoriais (Nespe) e pelo Centro Universitário Ítalo-Brasileiro (Ítalo); e bacharel em Letras: Português e Literaturas de Língua Portuguesa (Uerj).

*Recebido em 10/06/2023.*

*Aceito em 30/10/2023.*